

Pelo presente instrumento, nos termos do Art. 5º, § 6º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, com a redação que lhe foi dada pela Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, dos Art. 50 e 191 da Lei Estadual nº 10.431/2006 e do Art. 291 do Decreto Estadual nº 14.024/2012, de um lado o INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - INEMA, Autarquia vinculada à Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, criada pela Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011, inscrita no CGC/MF sob o nº 13.700.575/0001-69, com sede na Avenida Luis Viana Filho, 6º Avenida nº 600 – CAB – CEP: 41745-900, Salvador-BA, adiante denominados COMPROMITENTE ou INEMA; e de outro lado, RITA DE CASSIA SÁ E FREITAS, inscrito(a) no CPF sob o nº 195.872.285-53, ANGELLA MARIA SÁ BARBOSA, inscrito(a) no CPF sob o nº 166.619.905-20, MARLY DE SÁ TRAVASSOS, inscrito(a) no CPF sob o nº 195.847.845-87, MIRELA BARRETTO DE SA NOVIS, inscrito(a) no CPF sob o nº 372.028.805-63 adiante denominados COMPROMISSADOS, proprietário(s), justo(s) possuidor(es), do imóvel rural situado no município de Jequié, Estado da Bahia, registrado sob Matrícula 37653, cartório 1º OFÍCIO DO REG DE IMOVEIS E HIPOTECAS, inscrito no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR, têm entre si certo e ajustado o presente Termo, o qual se regerá pelas cláusulas e condições ora estipuladas, com inteira submissão às disposições legais aplicáveis à espécie.

CONSIDERANDO que o INEMA é o órgão executor da política estadual de Meio Ambiente do Estado da Bahia, competente para exercer o controle ambiental em todo o território do Estado, nos termos da Lei Estadual nº 12.212, de 04 de maio de 2011 c/c a Lei Estadual nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, e do seu regulamento, aprovado pelo Decreto Estadual nº 14.024 de 06 de junho de 2012 e suas alterações;

CONSIDERANDO que a Reserva Legal é uma área com cobertura vegetal nativa de uso restrito que deverá corresponder a no mínimo 20% da área de toda propriedade ou posse rural no Estado da Bahia, destinada ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas, não sendo permitido o corte raso da vegetação;

CONSIDERANDO os termos da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, dito Novo Código Florestal, e do Decreto Federal nº 7830/2012, que dispõe sobre a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural e do Programa de Regularização Ambiental e do Decreto Estadual nº 15.180, de 02 de junho de 2014;

CONSIDERANDO que o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR é um registro eletrônico, de âmbito estadual, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento;

CONSIDERANDO o propósito dos COMPROMISSADOS de atender às restrições de uso da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente, conforme legislação vigente;

CONSIDERANDO que o imóvel rural FAZENDA UMBURANAS, Matrícula: 37653, ITR: 14215403, situado em UMBURANAS, nº SN, SANTA CLARA, REGIÃO DE SANTA CLARA, Jequié, BA, está inscrito no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR;

CONSIDERANDO que neste imóvel serão vedadas novas conversões de áreas para o uso alternativo do solo, devido ao cômputo de APP no cálculo do percentual da Reserva Legal, conforme o inciso I do Art. 15 da Lei Federal nº 12.651/2012;

CONSIDERANDO o propósito dos COMPROMISSADOS de regularizar as atividades ou empreendimento existentes no imóvel rural acima especificado, no que concerne ao licenciamento ambiental;

Os COMPROMISSADOS e o COMPROMITENTE ou INEMA firmam o presente Termo de Compromisso, conforme as cláusulas e condições abaixo estipuladas, suspendendo, no tempo de sua vigência, a aplicação de sanções administrativas contra os COMPROMISSADOS, para os passivos ambientais materiais e/ou formais, declarados no CEFIR e constantes neste Termo de Compromisso.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Termo de Compromisso o fiel e integral cumprimento pelos COMPROMISSADOS dos deveres e obrigações assumidos, nas formas e prazos definidos na Cláusula Segunda, visando à implantação de ações de Regularização Ambiental do Imóvel Rural.

1.2 Este Termo de Compromisso confere regularidade ambiental às atividades e empreendimentos descritas no âmbito deste ajuste, nos termos e prazos previstos nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSADOS

Constituem obrigações dos **COMPROMISSADOS**:

2.1 Requerer, no prazo de 180 dias, a regularização dos passivos referentes ao licenciamento ambiental das atividades desenvolvidas no imóvel rural previstas no Anexo IV do Regulamento da Lei Estadual nº 10.431/2006, aprovado pelo Decreto Estadual nº 14.024/2012 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DO COMPROMITENTE

Constituem atribuições do **INEMA**:

3.1 Acompanhar e fiscalizar o pleno e fiel cumprimento por parte dos **COMPROMISSADOS** das obrigações assumidas no presente Termo de Compromisso, sem prejuízo das demais ações de controle desenvolvidas no âmbito de suas competências e atribuições legais e da aplicação das sanções administrativas delas decorrentes, bem como adoção de medidas judiciais atinentes à matéria.

3.2 Analisar o(s) Plano(s) de Recuperação Ambiental referente aos passivos de APP e RL, quando existentes.

3.3 Analisar os Planos de Recuperação dos empreendimentos ou atividades declarados com passivo de regularização ambiental.

3.4 Emitir o Certificado de Regularidade Ambiental, após a comprovação do fiel, pleno e integral cumprimento pelos **COMPROMISSADOS** de todas as obrigações assumidas pelo mesmo, estabelecidas na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES

O não cumprimento pelos **COMPROMISSADOS** das obrigações, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Compromisso implicará na aplicação da penalidade de multa, correspondente à classe da infração relacionada ao passivo ambiental existente na propriedade ou posse rural, conforme legislação vigente:

4.1 A rescisão do presente Termo se dará pelo descumprimento de quaisquer uma das obrigações, condições e prazos por parte dos **COMPROMISSADOS** e suspenderá os efeitos da concessão de regularidade formal ambiental dos empreendimentos/atividades sob responsabilidade dos **COMPROMISSADOS**.

4.2 A eventual inobservância, pelos **COMPROMISSADOS**, de qualquer dos prazos estabelecidos no presente Termo de Compromisso, resultante de caso fortuito ou força maior, na forma do Art. 393 do Código Civil Brasileiro, deverá ser imediatamente comunicada e justificada ao **COMPROMITENTE** que fixará novo prazo para adimplemento da obrigação.

4.3 As informações apresentadas pelos **COMPROMISSADOS**, no momento da inscrição no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR, serão contrapostas com as imagens e arquivos do banco de dados do **INEMA**, sujeitando os **COMPROMISSADOS**, quando caracterizada a prestação de informações falsas, às sanções penais cabíveis, além da imputação de multa pelas infrações cometidas.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do presente Termo de Compromisso terá início a partir da data da sua geração no âmbito do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR e considerar-se-á encerrado após o cumprimento pelos **COMPROMISSADOS** de todas as obrigações assumidas pelo mesmo, estabelecidas na Cláusula Segunda, desde que o cadastro do imóvel rural seja atualizado pelos **COMPROMISSADOS**, a cada 2 (dois) anos.

CLÁUSULA SEXTA - DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

O presente Termo de Compromisso terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do Art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, com a redação que lhe foi dada pela Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Art. 380 do Decreto Estadual nº 11.235/2008, do § 1º do Art. 191 da Lei Estadual nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006 e do Art. 585, VII do CPC.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as dúvidas e conflitos oriundos deste Termo de Compromisso, fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado da Bahia, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim certos e ajustados, firmam o presente Termo de Compromisso, dando tudo por bom, firme e valioso.

Este Termo de Compromisso refere-se exclusivamente à situação da regulação ambiental no âmbito da atividade descrita, não abrangendo outros empreendimentos ou atividades do mesmo requerente.

A autenticidade deste Termo de Compromisso pode ser atestada na internet, no endereço: <http://www.seia.ba.gov.br> em Serviços On-line/Atestar Certificado, utilizando a chave de segurança deste Termo de Compromisso:

8BF2C499A659ACF46EE90BED3BD9BC11

Termo de Compromisso emitido às 19:44:52 do dia 06/07/2021 <hora e data de Brasília>

Localização Geográfica

